

Presidente recebe Orçamento amanhã

Déficit fica em 2% do PIB sem necessidade de aumentar os impostos

YUIGI MAKIUCHI

VANILDO MENDES
Da Editoria de Economia

Os cortes programados pela área econômica no orçamento da União para 1989 já são suficientes e não será necessário o esforço fiscal adicional na proporção que se imaginava. A garantia foi dada pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que participou, ontem, da reunião com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em que foi fechada a versão final do orçamento. O documento, acompanhado da exposição de motivos e do elenco de medidas propostas, será entregue amanhã ao presidente José Sarney.

Antes da reunião — que aconteceu em sua casa — Abreu disse que os números consolidados pela SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) são tranqüilizadores e confirmam a redução do déficit a 2 por cento do PIB, sem maiores sacrifícios do que os já anunciados. Mas ele advertiu que as medidas contenciosistas definidas são irreversíveis e de nada adiantarão as pressões, por mais sutis e dissimuladas que sejam. "O orçamento está pronto e acaba", enfatizou.

OPERAÇÃO DESMONTE

Além dos cortes nos gastos da União, com a extinção de diversos programas e transferência de outros para o âmbito dos Estados e Municípios, medida conhecida como Operação Desmonte, a área econômica do Governo, conforme Abreu, promoverá cortes

radicais de subsídios e incentivos e aperfeiçoará a máquina de fiscalização e arrecadação para reduzir a evasão fiscal. Ele não tem dados precisos, mas estima que a perda da receita do Governo, hoje, pela sonegação, seja em torno de 30 por cento. Entre os incentivos a serem atingidos estão os do trigo, carvão e óleo diesel.

Segundo Abreu, se os cortes não fossem aprofundados pela área econômica, o déficit público em 89 seria de 4,3 por cento do PIB, um índice muito elevado, se o País quiser cumprir a meta de zerar a defasagem até 1990. Ele usou esse argumento na reunião ministerial do início da semana para desestimular os colegas que pretendiam se lamentar ou amenizar os cortes.

Disse também que, para evitar sacrifícios maiores, serão implementadas todas as medidas possíveis na área fiscal no sentido de compensar as perdas de receita e de recuperar a carga tributária: a seu ver, nessa área se pode fazer muito. Lembrou que em 72, a receita tributária líquida da União era 9,2 por cento do PIB e, devido à evasão fiscal, caiu para 4,7 por cento do PIB na previsão inicial feita para 89. Com as medidas nesse campo definidas, a receita tributária líquida ficará em 7 por cento do PIB.

João Batista de Abreu espera recuperar a carga tributária atacando a evasão fiscal, os incentivos e subsídios, mas também enfrentando a inflação. Garantiu também que não se cogita aumentar impostos, a não ser como recurso ex-

tremo, se todas as alternativas fracassarem. E se isso vier a ocorrer, não atingirá as pessoas físicas. Confidente nas previsões da SOF, ele chegou mesmo a dizer que o aumento na arrecadação virá muito mais como reforço à meta de reduzir o déficit a 2 por cento, pois ela já estaria assegurada com os profundos cortes nos gastos públicos.

A única dúvida que Abreu tem é se o Governo submeterá sua proposta às atuais regras legislativas, ou se acatará a nova Constituição. Pessoalmente, ele prefere as novas regras definidas pela Constituinte, não só porque elas dão mais legitimidade ao documento, como porque a Lei de Finanças Públicas aprovada "é moderna, equilibrada e eficiente. Ela não ficou nos extremos. Além disso, está na hora de inaugurar os novos tempos nesse País", acrescentou.

SEM NÚMEROS

Ao final da reunião, Abreu recusou-se a fornecer os números finais do orçamento, para não cometer "uma des cortesia" contra o Congresso Nacional e o presidente Sarney. O atraso na entrega do documento ao presidente foi atribuído a uma deficiência técnica no sistema de informática da SOF. O próximo passo caberá ao Gabinete Civil, que dará redação final à exposição de motivos e encaminhará a proposta ao Congresso.

Da reunião participaram, além dos ministros João Batista de Abreu e Maílson da Nóbrega, o secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa;